

Notas críticas sobre a cidade como sujeito histórico para Lefebvre em “O pensamento marxista e a cidade”

Mariana Pacheco de Araujo¹

Resumo:

O artigo oferece notas críticas sobre a questão da cidade enquanto agente catalizador de transformações sociais entendido por Henri Lefebvre como sujeito histórico. Em seu livro *A cidade do capital*, Lefebvre atribui à cidade a condição de sujeito da história. Entretanto, em *O capital*, Marx afirma que o sujeito da sociedade em que domina o modo de produção capitalista é o próprio capital. Procuramos evidenciar os limites do marxismo de Lefebvre na sua tentativa de apreender a especificidade da formulação teórica de Marx, em particular no que diz respeito à centralidade do trabalho e à dominação abstrata do valor enquanto forma específica de dominação da sociedade moderna.

Palavras-chave: Espaço Urbano; Lefebvre; Teoria do Valor.

Abstract:

The paper offers critical notes about the question of the city as catalysts agents of social transformation understood by Henri Lefebvre as historical subject. In his work *Marxist Thought and the City*, Lefebvre attributes to the city the condition of subject of history. However, Marx states that the subject of the society in which the capitalist mode of production dominates is capital itself in *The Capital*. We seek to highlight the limits of Lefebvre's Marxism in his attempt to grasp the specificity of Marx's theoretical formulation, particularly regarding the centrality of labor and the abstract domination of value as the specific form of domination of modern society.

Keywords: Urban Space; Lefebvre; Value Theory.

1. Introdução

A cidade capitalista, diferente de cidades em sociedades que precedem o capitalismo, opera sob a lógica do capital (valor em expansão). Essa lógica é totalizante, alienante e desumanizadora, pois opera em função da inerente expansão de si mesmo². O valor é definido por Marx como uma relação social. Manifestado por meio da mercadoria, ele estabelece uma relação social indireta entre os seres humanos. O espaço urbano é organizado a partir da dinâmica dessa relação social presente na sociedade capitalista.

¹ Mestranda em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR-UFRJ. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFF. Contato: mparaujo@id.uff.br.

² Cf. ARAUJO, 2021.

Lefebvre, em sua obra *A cidade do capital*³, discute o espaço urbano baseado em suas leituras de Marx e Engels. Nesta obra, Lefebvre faz uma leitura cronológica e crítica da produção marxiana, apontando os possíveis problemas lógicos identificados. Por este caminho, Lefebvre identifica a cidade como sujeito histórico, atribuindo agência e consciência à cidade. Entretanto, na nossa leitura, ela é sujeitada ao capital, como é possível observar no processo de mercantilização da terra e em sua apropriação para servir como incorporador de valor.

A partir da obra selecionada de Lefebvre, entendemos que é possível produzir uma síntese parcial do pensamento do autor sobre o tema, dado que nesta obra Lefebvre oferta uma análise das produções teóricas de Marx que serão o fundamento de sua figuração de mundo. Assim, partindo da teoria do valor de Marx, o presente artigo busca salientar os aspectos da formulação de Lefebvre sobre a cidade, e sua função na sociedade capitalista, que não nos parecem sintonizados com a formulação teórica do Marx maduro apresentada, em particular nos *Grundrisse* e em *O Capital* – enfatizamos que nestas duas obras o autor indica que o capital é o sujeito automático que molda a objetividade e a subjetividade da sociedade do capital.

2. A teoria do valor de Marx

A teoria do valor de Marx é o marco da constituição do pensamento propriamente marxiano ou, do que muitos comentaristas dizem ser a referência para que se possa falar de um Marx maduro. Sustentamos⁴ que a teoria do valor de Marx é o que fundamenta sua importância para além de seu período histórico e, ao mesmo tempo, justifica sua relevância intelectual 140 anos após sua morte. Com a instauração de sua teoria do valor,

³ A obra de Lefebvre, tratada no presente artigo, foi publicada no Brasil com o título *A cidade do capital*. Todavia, por considerarmos mais apropriado para o entendimento, por parte de nossos leitores, do que aqui é discutido, optamos por utilizar em nosso título uma livre tradução do título original da obra de Lefebvre *La pensée marxiste et la ville – Notas críticas sobre a cidade como sujeito histórico para Lefebvre em O pensamento marxista e a cidade*.

⁴ Para melhor entendimento do que abordamos neste artigo, salientamos que o marxismo considerado para a elaboração deste tem como base o entendimento da teoria crítica do valor tratada por Moishe Postone – autor marxista de *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*, no qual discorre sobre a categoria do sujeito histórico e sobre a questão do trabalho na sociedade capitalista. Diferente do marxismo tradicional, que considera o cerne do problema a má distribuição da produção e entende que Marx ratifica a compreensão de uma classe social revolucionária (proletariado), como sujeito capaz de alterar a ordem social; o marxismo considerado aqui, parte do entendimento que Marx compreende a sociedade capitalista como uma forma de sociabilidade que exerce uma dominação social – que é abstrata –, engendrada pelo capital, sujeito histórico que domina o ser humano por meio do trabalho.

Marx realiza um giro ontológico⁵ (de entendimento do ser) e torna-se capaz de compreender a essência da sociedade do capital, dos mecanismos, das legalidades e tendências constitutivas dessa forma de sociabilidade. Além de elucidar que a dominação social específica da sociedade capitalista não é pessoal (de classes), mas abstrata (temporal), ou seja, alienada/estranhada e produtora da desumanização do ser humano.

Então, realizando um movimento de análise, por meio de abstrações razoáveis, que parte da essência para a aparência com o objetivo de explicar a realidade social, Marx inicia *O capital* salientando que “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 2013, p. 113). Assim, para ele, a mercadoria é o elemento mais importante da estruturação da sociedade capitalista, ela é a forma pela qual aparece a riqueza no capitalismo. Entendendo a essência constitutiva da mercadoria, será possível iniciar o entendimento de como opera essa sociedade.

Mercadoria possui um duplo fator: valor de uso e valor, o primeiro refere-se à qualidade material, a forma física da mercadoria⁶; o segundo é referente à quantidade de trabalho humano abstrato cristalizado na mercadoria⁷. O valor de troca – considerado por diversos comentadores como partitivo da mercadoria – só existe no ato da troca entre mercadorias, ou seja, quando uma mercadoria estiver em relação quantitativa com outra⁸, o valor (essência) se manifesta no seu inverso (valor de uso) que é o corpo físico da mercadoria pela qual a primeira mercadoria está sendo trocada. Então, o “elemento comum, que se apresenta na relação de troca ou valor de troca das mercadorias, é, portanto, seu valor” (MARX, 2013, p. 116), pois independe da qualidade (valor de uso) para serem iguais.

É por meio do trabalho humano abstrato, substância formadora do valor, que uma mercadoria possui valor para ser posteriormente trocada/comercializada. Desse modo, é necessário haver trabalho para termos a produção de mercadoria. A quantificação desse trabalho é medida por seu tempo de duração⁹, a partir dele será possível igualar diferentes tipos de trabalhos determinados e abstrai-los de qualidade, de especificação determinada. “Portanto, é apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a

⁵ Cf. CHASIN, 2009.

⁶ Cf. MARX, 2013, p. 114.

⁷ Cf. MARX, 2013, p. 116.

⁸ Cf. MARX, 2013, p. 116.

⁹ Cf. MARX, 2013, p. 116.

grandeza de seu valor” (MARX, 2013, p. 117). Com isso, o valor das mercadorias é dado pelo desgaste do trabalhador no processo do trabalho, em sentido fisiológico¹⁰.

No valor de troca, temos a igualação dos tempos de trabalho cristalizados nas mercadorias, deste modo ocorre a troca/comercialização e fica esclarecido que o valor de troca é a forma de manifestação do valor (que só existe no interior da mercadoria) e possui quatro formas¹¹: (1) forma de valor simples, relação de valor entre duas mercadorias distintas, por meio da permutabilidade, a qual uma expressa um papel ativo (forma de valor relativa) e outra, um papel passivo (forma de equivalente); (2) forma de valor total, a relação de troca é feita a partir da regulação de uma mercadoria sobre as outras, todas as outras passam a ser forma de equivalente; (3) forma de valor universal, a relação de troca passa a ser quantitativamente comparável (não mais qualitativamente como era nas duas formas anteriores), em que uma mercadoria é usada como expressão universal de valor (equivalente universal) sobre todas as outras; (4) forma-dinheiro, forma específica da forma de valor universal, a terceira forma, em que o ouro (posteriormente o papel-moeda) funciona como mercadoria-dinheiro, como equivalente universal.

Marx ainda detalha o caráter fetichista da mercadoria, antes de focar no movimento desta durante o processo de troca. A mercadoria tem como característica ser sensível-suprassensível (*sinnlich übersinnliche*)¹², isto é, ela é percebida na realidade, manifestada por seu corpo físico, mas tem em si um caráter não natural, ou não apenas corpóreo. Esse caráter sobrenatural é dado pela relação social imputada na mercadoria por meio do valor¹³ e surge da própria forma-mercadoria¹⁴,

ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores (MARX, 2013, p. 147).

A forma-mercadoria representa essa relação social estabelecida entre os próprios seres humanos que toma a forma física dessas coisas (mercadorias) para se manifestarem no

¹⁰ Cf. MARX, 2013, p. 124. Vale ainda ressaltar que, para Marx (2013, p. 124), o trabalho humano produtor de mercadorias não gera somente valor (pelo desgaste fisiológico), mas também valor de uso, a partir da força produtiva de trabalho útil, isto é, dispêndio do trabalho humano especificamente determinado.

¹¹ Cf. MARX, 2013, capítulo 1, item 3.

¹² Cf. MARX, 2013, p. 146.

¹³ Valor é pura relação social e durante o processo de troca é manifestado no valor de uso (corpo da mercadoria), assim, as “mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, por isso, é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias” (MARX, 2013, p. 125).

¹⁴ Cf. MARX, 2013, p. 147.

mundo dos seres humanos – pois, não são elementos naturais presentes na realidade e sim abstratos.

O caráter fetichista da mercadoria surge a partir da especificidade da sociedade capitalista de estabelecer laços sociais por meio das relações de troca entre produtos de trabalho¹⁵, efetivando o trabalho social total – trabalho como forma social, quando o trabalho de um ser humano influencia e beneficia outros seres humanos¹⁶. Assim, nesse contexto, as relações sociais entre os trabalhos privados dos seres humanos não mais são efetivadas como trabalho social total por meio de relações diretas uns com os outros, “mas como relações reificadas [coisificadas, *sachliche*] entre pessoas e relações sociais entre coisas” (MARX, 2013, p. 148).

Nessa relação social estranhada (mediada pela mercadoria), há a dominação das coisas sobre os seres humanos, que coloca como necessidade central da vida humana a produção de mercadoria. A dominação é abstrata, pois condiciona o ser humano à necessidade de produzir valor (essência da mercadoria), dado que somente a partir dele que “os produtos do trabalho adquirem objetividade de valor socialmente igual” (MARX, 2013, p. 148), assim podem ser trocados e conseguem satisfazer a necessidade de quem os compra – efetivando a função social do trabalho nesse modo de produção.

O processo de troca funciona a partir da interação dos seres humanos entre si, pois as “mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras” (MARX, 2013, p. 159). As relações sociais passam a ter base na relação econômica, já que os seres humanos passam a se relacionar com o objetivo de comprar ou vender mercadorias – elas não têm outro valor (isto é, valor de uso) para esses “possuidores de mercadorias”, somente em serem usadas como meio de troca; ao mesmo tempo que os “não-possuidores de mercadorias” querem trocar por mercadorias que satisfaçam a eles como valor de uso.

Aqui, as pessoas existem umas para as outras apenas como representantes da mercadoria e, por conseguinte, como possuidoras de mercadorias. [...] as máscaras econômicas das pessoas não passam de personificações das relações econômicas, como suporte [*Träger*] das quais elas se defrontam umas com as outras (MARX, 2013, p. 159-160).

Assim, as relações sociais no capitalismo são feitas de modo indireto, com as mercadorias como mediadores dessas interações.

¹⁵ Cf. MARX, 2013, p. 148.

¹⁶ Cf. MARX, 2013, p. 147.

O movimento de circulação de mercadorias precisa acontecer para realizar o valor cristalizado nas mercadorias, apenas efetivado se nelas também houver conservado valores de uso (visto que, quem compra – o “não-possuidor de mercadorias” – quer satisfazer sua necessidade pela mercadoria). Pois, o trabalho útil cristalizado na mercadoria também só é realizado pela troca, onde é possível demonstrar se a mercadoria cumpre a necessidade do “não-possuidor”¹⁷. Antes da troca, “ainda não são mercadorias, mas tornam-se mercadorias apenas por meio dela” (MARX, 2013, p. 162)¹⁸. Por isso, as relações econômicas passam a dominar todas as outras relações sociais, dissolvendo os laços puramente locais¹⁹, já que elas passam a ser ditadas pela troca de mercadorias para suprir as necessidades da vida humana.

Para ocorrer esse processo de troca, como comentado anteriormente, é preciso haver um equivalente universal para equiparar quantitativamente todas as mercadorias. Assim, Marx afirma (2013, p. 161) que por meio do processo social, define-se uma mercadoria para cumprir a função social de ser equivalente universal, isto é, dinheiro. Ele serve como “forma de manifestação do valor das mercadorias ou como o material, no qual as grandezas de valor das mercadorias se expressam socialmente” (MARX, 2013, p. 164). Para isso, é preciso ter sua materialidade qualitativamente uniforme em todos seus exemplares e poder ser fracionado quantitativamente, caso da mercadoria-dinheiro, ouro²⁰.

Disso decorre a explanação de Marx sobre a fórmula geral do capital. O capital se manifesta a partir da circulação de mercadorias. A primeira forma de manifestação ocorre no produto final da circulação de mercadorias, no dinheiro²¹. Marx explica (2013, p. 223-224) que para transformar em capital, o dinheiro deve passar por um processo e o que distinguirá o “dinheiro como capital” do “dinheiro como dinheiro” será como a forma de circulação de mercadorias ocorre. Na forma M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria), cujo produto final é a mercadoria, há o uso do dinheiro para a aquisição de mercadoria após ser vendida uma primeira mercadoria para obter esse dinheiro. Aqui o dinheiro opera

¹⁷ Cf. MARX, 2013, p. 160.

¹⁸ Como colocado mais adiante por Marx, “para se tornar mercadoria, o produto não pode ser produzido como meio imediato de subsistência para o próprio produtor” (MARX, 2013, p. 244), o objetivo de se produzir mercadorias é para trocá-las, somente depois disso ela poderá suprir as necessidades do produtor.

¹⁹ Cf. MARX, 2013, p. 163.

²⁰ É válido ressaltar ainda que Marx comenta sobre a substituição do uso do ouro como mercadoria-dinheiro, o “papel-moeda é signo do ouro ou signo de dinheiro” (MARX, 2013, p. 201), funcionando como representação simbólica do ouro para a realização da circulação de mercadorias, ao utilizar materiais de pouco valor comparados ao ouro.

²¹ Cf. MARX, 2013, p. 223.

como dinheiro. Entretanto, na forma D-M-D (dinheiro-mercadoria-dinheiro), o produto final é o dinheiro, objetiva-se vender a mercadoria conseguida ao gastar o dinheiro que havia primeiramente para conseguir outro dinheiro (mais dinheiro). Neste caso, o dinheiro opera como capital. “Na primeira forma, o que medeia o curso inteiro da circulação é o dinheiro; na segunda, é a mercadoria” (MARX, 2013, p. 225). Então, na primeira, o dinheiro é gasto de forma definitiva para conseguir uma mercadoria que supra a necessidade do comprador, pelo valor de uso. Diferente ocorre na segunda forma, em que o dinheiro regressa ao fim do movimento de circulação, o objetivo final desse processo é o próprio valor de troca (o próprio processo de troca).²²

De modo que não há sentido em realizar um processo de troca em que o início será igual ao final²³ – pois, não há diferença qualitativa no valor de uso do dinheiro, equivalente universal –, o que difere o primeiro D do segundo na fórmula anteriormente exposta é a quantidade, objetiva-se aqui a obtenção de maior quantidade que anteriormente se tinha. Assim, todo processo de troca, dessa segunda forma apresentada, haverá aumento quantitativo do dinheiro ganho ao final do processo²⁴, sendo sintetizada na fórmula: D-M-D'. O D' é o resultado de $D + \Delta D$, sendo ΔD o “excedente sobre o valor original, chamo de mais-valor” (MARX, 2013, p. 227). Essa é fórmula geral do capital, o “dinheiro como capital” busca o constante aumento de seu valor, como algo inerente a sua lógica. “O valor originalmente adiantado não se limita, assim, a conservar-se na circulação, mas nela modifica sua grandeza de valor, acrescenta a essa grandeza um mais-valor ou se valoriza. E esse movimento o transforma em capital” (MARX, 2013, p. 227).

Para o dinheiro continuar como capital é preciso que esteja em constante circulação inserido no processo de troca. “Retiradas da circulação, elas se petrificariam como tesouro e nem um centavo lhes seria acrescentado” (MARX, 2013, p. 227). Desse modo, como o objetivo dessa fórmula de transformação do dinheiro em capital é a valorização do valor ao fim do processo, o resultado do processo sempre terá as condições necessárias para reiniciá-lo, pois o mais-valor é incorporado no valor e passa a ser um outro valor (outra expressão limitada do valor de troca²⁵).

Assim, o fim de cada ciclo individual, em que a compra se realiza para a venda constitui, por si mesmo, o início de um novo ciclo. A circulação simples de mercadorias – a venda para a compra – serve de meio para uma finalidade que se encontra fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro

²² Cf. MARX, 2013, p. 225-226.

²³ Cf. MARX, 2013, p. 226.

²⁴ Cf. MARX, 2013, p. 227.

²⁵ Cf. MARX, 2013, p. 227-228.

como capital é, ao contrário, um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso, desmedido (MARX, 2013, p. 228).

Como comentado anteriormente, o ser humano (ou melhor, o “possuidor de dinheiro”) é quem possibilita esse processo ocorrer, dado que mercadoria e dinheiro não podem iniciar esse movimento por si mesmas. Por meio do “possuidor de dinheiro”, – os únicos nesse processo dotados de consciência – que será possível realizar a valorização de valor, e somente o faz com o singular objetivo: o crescente aumento de riqueza (obtenção constante de lucro ao vender mercadorias) ao fim de cada processo, tornando-o capitalista ou capital personificado²⁶.

Marx salienta posteriormente, que o capital assume duas formas durante esse processo: dinheiro e mercadoria; “o dinheiro como seu modo de existência universal, a mercadoria como seu modo de existência particular, por assim dizer, disfarçado. O valor passa constantemente de uma forma a outra, sem se perder nesse movimento, e, com isso, transforma-se no sujeito automático do processo” (MARX, 2013, p. 229-230). Pois, no movimento o dinheiro vira mercadoria para depois voltar a ser dinheiro, nesse momento final com uma grandeza maior que no primeiro momento. Assim, “o movimento em que ele adiciona mais-valor é seu próprio movimento; sua valorização é, portanto, autovalorização” (MARX, 2013, p. 230). No próprio processo de autovalorização é que se transforma o simples dinheiro em capital, ele só existe nesse movimento de expansão de valor, então, se o movimento cessar ele deixa de existir.

Marx afirma (2013, p. 241-242), ainda, que esse dinheiro que se transforma em capital só consegue fazê-lo na produção da mercadoria, em seu valor de uso como elemento necessário para efetivar o processo de troca. Entretanto, para poder extrair valor – componente necessário para a transformação do dinheiro em capital – do valor de uso de uma mercadoria (isso é, alterar sua forma física para que seja adicionado a ela mais valor que no início da operação e poder finalizar o movimento vendendo esta mercadoria por mais que havia comprado), é preciso haver uma mercadoria capaz de produzir valor²⁷ e, como Marx já havia explicado no capítulo 1 do livro 1 d’*O capital*, somente o trabalho humano é capaz disso. Assim, o capitalista compra a mercadoria força de trabalho para que seja incorporado valor de uso à mercadoria e conseqüentemente crescer valor a cada novo processo de circulação realizado – já que para o trabalho criar valor, precisa ser

²⁶ Cf. MARX, 2013, p. 229.

²⁷ Cf. MARX, 2013, p. 242.

aplicado de modo útil²⁸ – e para que ao fim deste processo possa efetivamente haver o incremento de valor (mais-valor).

Como qualquer outra mercadoria, o capitalista (detentor de meios de produção) irá comprar esta mercadoria força de trabalho. Porém, essa mercadoria tem como especificidade a pressuposição que o indivíduo que vende sua força de trabalho²⁹ está vivo, ele a vende para garantir sua subsistência. “Assim, o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor” (MARX, 2013, p. 245). O capitalista pagará, então, o correspondente a quantidade necessária para a subsistência desse trabalhador. Entretanto, no processo de trabalho, realização de trabalho junto aos meios de produção e aos objetos de trabalho³⁰, há a produção de valor de uso em produtos de um trabalho anterior³¹. Tal situação produz aumento do valor que será efetivado no processo de troca, pois no próprio processo de trabalho, o valor da força de trabalho pago pelo capitalista – que é equivalente ao valor de subsistência para o trabalhador se manter vivo – gerará um aumento de valor no produto labutado, nesse período de tempo comprado pelo capitalista³². O trabalhador sempre produzirá uma quantidade maior de valor a cada fim desse processo, visto que a realização de trabalho gerará um produto que já havia tido trabalho incorporado antes³³. Na prática, adiciona valor de uso a algo que já tinha algum valor de uso, transformando-o e no processo de troca isso se reverte em valor e mais-valor.

Dessa forma, para efetivar o processo de valorização, o capitalista precisa do trabalhador e da sua força de trabalho para transformar dinheiro em mercadoria (com a criação de produtos seja finais seja intermediários do processo de trabalho³⁴) e com isso,

²⁸ Cf. MARX, 2013, p. 270. Aqui se observa o comentado anteriormente neste trabalho, que a essência (valor) da mercadoria é manifestada inversamente pelo valor de uso (o corpo da mercadoria) para efetivar no processo de troca a transformação do dinheiro em capital.

²⁹ Esse indivíduo, diferente do capitalista, não possui nenhuma outra mercadoria para vender e fazer parte dessa lógica de sociabilidade (interação social baseada na troca de mercadoria), então, sem outra opção ele vende sua força de trabalho. Cf. MARX, 2013, p. 242-243.

³⁰ Cf. MARX, 2013, p. 256.

³¹ Cf. MARX, 2013, p. 261.

³² Cf. MARX, 2013, p. 262; 270.

³³ Cf. MARX, 2013, p. 270-271. O motivo para que já haja trabalho incorporado antes é que “Com exceção da indústria extrativa, cujo objeto de trabalho é dado imediatamente pela natureza, [...] todos os ramos da indústria manipulam um objeto, a matéria-prima, isto é, um objeto de trabalho já filtrado pelo trabalho, ele próprio produto de trabalho anterior” (MARX, 2013, p. 259).

³⁴ Cf. MARX, 2013, p. 260.

efetivá-la como mercadoria no processo de troca que possibilitará a transformação dessa mercadoria em dinheiro, este dinheiro como capital.

Esse ciclo inteiro, a transformação de seu dinheiro em capital, ocorre no interior da esfera da circulação e, ao mesmo tempo, fora dela. Ele é mediado pela circulação, porque é determinado pela compra da força de trabalho no mercado. Mas ocorre fora da circulação, pois esta apenas dá início ao processo de valorização, que tem lugar na esfera da produção (MARX, 2013, p. 271).

Sendo capital valor em expansão, em contínuo processo de valorização, então, essa lógica obriga ao trabalhador trabalhar incessantemente, o máximo possível para que se valorize o máximo possível. Algo objetivado pelo capitalista que irá querer acumular o máximo possível de riqueza de cada trabalhador que ele compra a força de trabalho. No entanto, ele, como personificação do capital, só o faz, pois reage a lógica instaurada pelo próprio capital de autovalorização – como definido anteriormente por Marx (2013, p. 230), o “sujeito automático do processo”.

Essa lógica do capital é o que domina os seres humanos em seu cotidiano e todas as suas relações sociais. Pois, como a manutenção da existência do capital exige a constante valorização de valor – que ocorre de modo automático por meio da troca de mercadorias – as pessoas sem perceber realizam esse processo de troca para suprir suas necessidades e manter sua reprodução (continuar vivendo) e com isso, preservam a lógica de exploração da própria humanidade que é feita a partir do trabalho (única atividade que produz valor, essência do capital). O trabalho, no modo de produção capitalista, passa a ser apenas uma práxis para produzir valor (além do valor de uso, necessário para que seja efetuado, adequadamente, o processo de troca), isso é, produzir mercadorias, não mais uma forma de humanização do ser humano – o trabalho num sentido transistórico é o que diferencia a humanidade dos outros animais e o que a permite atingir sua potencialidade como gênero humano³⁵.

Então, para Marx, na sociedade do capital, a exploração do produtor se faz a partir do trabalho. A forma de dominação específica desta sociedade, sob os seres humanos, é abstrata, feita pelo valor em expansão, pois é realizada no interior da relação social mediada pela mercadoria – relação na qual se efetiva o capital (D-M-D’).

³⁵ Cf. ARAUJO, 2022.

3. Lefebvre e o espaço urbano

A produção teórica de Henri Lefebvre foi muito influenciada pela teoria marxista, desde a década de 1920 até suas últimas produções³⁶. Ele se preocupou em entender a forma de análise, ao qual chamou de método, que Marx teria utilizado em suas obras; e a partir desse entendimento, procurou desenvolver o que ele acreditava que ficara inconcluso em Marx³⁷.

A temática sobre a cidade e o espaço urbano foi foco de parte de sua trajetória, principalmente a partir da década de 1960 até 1975. Suas principais obras sobre essa temática são *Direito à cidade* (1968), *A revolução urbana* (1970) e *A produção do espaço* (1974). A obra *A cidade do capital* (1972), que selecionamos para realizar esta análise crítica, não é a de maior relevância de Lefebvre no campo dos estudos urbanos, mas serve com o propósito de demonstrar para seus leitores os pontos de acordo e desacordo que o autor tem com esses autores clássicos, pois a obra foca-se em entender a compreensão de Marx e Engels sobre a cidade, partindo de uma perspectiva teórica.

Entretanto, Lefebvre não parece conseguir capturar a totalidade do pensamento marxista, principalmente em relação a sua obra madura *O capital*. Na obra *A cidade do capital* (no original, *La pensée marxiste et la ville*), é possível verificar atribuições a Marx que não são aderentes, principalmente a respeito da definição de sujeito histórico e conseqüentemente o não entendimento adequado da categoria capital. Essa forma de interpretação da teoria marxista irá impactar no tratamento que o autor dará à cidade e o diferenciará de outros estudiosos marxistas, ainda que em outros temas, ele se aproxime do marxismo tradicional.

Em relação aos marxistas tradicionais³⁸, Lefebvre, em termos práticos, parece transferir a denominação do sujeito histórico do proletariado para a cidade. Ao mesmo tempo em que Lefebvre mantém a lógica formal estruturante do problema do capitalismo entendida pelos marxistas tradicionais, que estaria na distribuição da produção, em outras

³⁶ Cf. MACHADO, 2008.

³⁷ Como colocado por Martins (1996, p. 13), “Lefebvre tem presente, e recusa, um Marx falsamente acabado, posticadamente concluído, fetichizado. Na verdade, capturado pelo poder, na necessidade de apresentá-lo como inventor de um sistema – um Marx marxista, adepto e justificador do marxismo oficial, do marxismo de Estado. Mas, não marxiano”, assim, busca entender por si próprio a teoria marxiana.

³⁸ Sobre o conceito de marxismo tradicional, seguimos a tipologia proposta por Postone (2014, ver em particular capítulos 1 e 2). Para ele, o marxismo que faz a crítica do capitalismo do ponto de vista do trabalho determinado por mercadoria, portanto, uma crítica que tem por objetivo a melhor distribuição da renda e da riqueza e a redução/eliminação da exploração do ser humano não consegue criticar o cerne constitutivo da sociedade do capital que é o valor (trabalho abstrato). Assim, a verdadeira crítica ontológica marxiana é a que critica o trabalho específico da sociedade do capital: o trabalho produtor de mercadoria.

palavras, seria de ordem jurídica. No caso do sujeito histórico, tanto para Lefebvre quanto para os marxistas tradicionais, esses sujeitos estariam presentes em toda história humana promovendo o dinamismo social de cada sociedade. Entretanto, para Marx, o sujeito histórico é o capital³⁹. Ele, dentro de um período histórico específico – da sociedade capitalista – que vai prover um dinamismo intrínseco à sociabilidade humana capaz de moldar a história humana. Não mais há uma dicotomia entre dois antíteses conflituosos, – como o caso dos marxistas tradicionais com a burguesia e o proletariado ou de Lefebvre com o campo e a cidade – desde 1857-1858 na época em que Marx escreve os *Grundrisse*, já é possível observar esse movimento de Marx para um outro entendimento da realidade.

A “releitura temática” em *A cidade do capital*, como Lefebvre (2001, p. 7) caracteriza, começa com o livro de Engels *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* de 1845 e faz uma resenha dos principais aspectos do livro sobre a cidade na sociedade capitalista. Explicita a característica das cidades inglesas de serem portadoras, bem consolidadas, das relações sociais específicas do capitalismo e por isso terem a imagem projetada desta sociedade em si mesmas; sendo esta característica o resultado de um processo que, para Lefebvre, vinha se materializando desde as cidades-estados no fim da Idade Média (onde já se era possível observar uma protoforma da sociedade capitalista a partir das relações sociais firmadas por meio do dinheiro, do valor e das mercadorias).

Para Lefebvre, baseando-se em Engels, a forma de resolver os problemas da cidade descritos por Engels é no plano da política⁴⁰. Somente por meio dela seria possível organizar a classe trabalhadora enquanto classe, unidade totalizante, para, então, possibilitar a movimentação política e luta de classes capaz de provocar uma mudança real⁴¹. Isso só será possível por causa da presença desses trabalhadores no espaço urbano, pois “[...] as grandes cidades são a sede do movimento operário [...]” (p. 169)” (ENGELS, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Apud. LEFEBVRE, 2001, p. 27). Assim, Lefebvre ressalta que é preciso e possível haver um rompimento da ordem hegemônica – controlada pela burguesia, enquanto representante do capital – e o estabelecimento de uma nova ordem social. Aqui, Lefebvre parece reverberar os anseios de Engels, no que diz respeito ao papel da classe trabalhadora (como sujeito revolucionário), atuando como uma unidade, na capacidade de evocar a ruptura dessa

³⁹ Cf. ARAUJO, 2021.

⁴⁰ Cf. LEFEBVRE, 2001, p. 25.

⁴¹ Cf. LEFEBVRE, 2001, p. 27.

ordem social e provocar a destruição da sociedade capitalista, porém mais adiante, ele aponta a cidade como sujeito histórico e não a classe trabalhadora, como faz Engels.

No capítulo posterior, Lefebvre analisa os *Manuscritos de 1844* e *A ideologia alemã*, focando-se nas passagens sobre o tema da cidade, estabelecendo uma relação entre cidade e divisão social do trabalho para entender como ocorre a exploração e alienação dos seres humanos. O autor destaca o empenho de Marx em realizar uma descrição histórica da constituição e devir da realidade. Com isso, Lefebvre (2001, p. 35) considera que os elementos que compõe as estruturas do capitalismo já existem na história (dinheiro, terra, trabalho, propriedade privada etc.) e são “*exteriores uns aos outros*”; além disso, com o desenvolvimento do capitalismo se transformam e se adequam à nova sociedade, identificando a partir disso, a separação das classes e o surgimento de conflitos devido a isso.

Esses conflitos conjuntamente com a transformação desses elementos preexistentes ao capitalismo, para Lefebvre, tem um referencial específico: a cidade. Ela opera como espaço catalizador para as transformações desses elementos identificados na história. Para ele, a cidade teria atuado como meio para o surgimento da propriedade privada⁴².

Lefebvre, baseando-se em *A ideologia alemã*, explica a necessidade de compreender a divisão do trabalho e a ideologia na compreensão da importância da cidade na teoria de Marx. O desenvolvimento do trabalho, para a produção e reprodução da vida humana, foi o responsável por originar as nações que por sua vez geraram a divisão do trabalho no capitalismo. Para Lefebvre (2001, p. 39), a separação cidade e campo devém dos interesses divergentes dados pela divisão do trabalho – a separação do trabalho industrial e comercial e do trabalho agrícola.

A partir disso, Lefebvre faz uma breve exposição das diversas formas de propriedade da terra, definidas por Marx e Engels, para explicar a relação do desenvolvimento da divisão do trabalho com essas formas de propriedade. Ele discorre desde a forma de propriedade tribal até a consolidação do capitalismo. Assim, salienta que a divisão do trabalho já existia desde essa primeira forma de propriedade e era

⁴² “É então no seio da cidade, na e pela vida citadina, em face da natureza, da vida camponesa, do campo já modelado pelo trabalho agrícola, que se engaja e se desenvolve um conflito de imensas consequências. A propriedade não atinge sua essência abstrata (isto é, privada), inseparável do trabalho abstrato (isto é, social), a não ser corroendo a propriedade imediata, primitiva, a propriedade de terra, até que ela desapareça. A riqueza mobiliária (em dinheiro, em capital) suplanta assim a riqueza natural em terra, em produtos da terra” (LEFEBVRE, 2001, p. 35-36).

baseada na família. Para Lefebvre (2001, p. 40), a cidade já apareceria como elemento necessário para o surgimento da propriedade comunal, que se origina da reunião de mais de uma tribo; e ainda destaca que a propriedade privada já existiria, porém como uma exceção à regra, por meio da propriedade de escravos.

Lefebvre destaca, então, os períodos históricos da Antiguidade e da Idade Média, comparando suas formas de organização de sociedade, “A Antiguidade partia da cidade, enquanto (...) a Idade Média (subentendido: europeia, ocidental) partia do campo” (LEFEBVRE, 2001, p. 40). Lefebvre aponta que na Antiguidade, a sociedade se organizava política e economicamente a partir da cidade e seu modo de produção era baseado na guerra e constante conquista de novas terras e identifica a existência de luta de classes entre os escravos e os cidadãos. Já na Idade Média, Lefebvre observa que a cidade deixa de ser foco para as relações de poder existentes na sociedade feudal, causada pela dissolução do Império Romano, onde havia uma “dupla luta de classes”, entre burgueses e senhores e entre camponeses e senhores. Desse modo, Lefebvre parece afirmar que a luta de classes enquanto elemento maior de ruptura revolucionária sempre existiu e foi determinante para a dissolução da sociedade feudal – ainda que, de acordo com o autor, a luta de classe ocorrida na Antiguidade não foi suficientemente grande para causar sua dissolução, ocorrida por outras razões⁴³.

O autor atribui, ainda, à cidade a dissolução da sociedade feudal. “Em contrapartida, na Idade Média, na Europa, a cidade, antes subordinada à estrutura feudal, conquista o domínio. Simultaneamente, a cidade destrói a estrutura feudal e a incorpora, transformando-a” (LEFEBVRE, 2001, p. 41). A cidade, para Lefebvre, tem agência para provocar esses movimentos de ruptura.

Posteriormente, Lefebvre (2001, p. 42) comenta sobre a forma de propriedade da terra na sociedade feudal e a diferencia em duas formas: propriedade fundiária (que ocorre no campo) e propriedade corporativa (na cidade); onde identifica-se a divisão cidade-campo conjuntamente com a divisão do trabalho por meio do desenvolvimento da indústria e do comércio na cidade e da agricultura no campo. Essa relação cidade-campo é determinante para a efetivação da luta de classes, para Lefebvre o pouco desenvolvimento do campo em relação à cidade foi a causa para a ineficácia das revoltas dos escravos na Antiguidade, ao passo que na Idade Média, como a cidade não tinha dominância em relação ao campo, essa relação era conflitual e permitia a existência de

⁴³ LEFEBVRE, 2001, p. 41.

modos de vida diferentes entre si. Por conta disso, a dissolução da sociedade feudal, baseada no campo, ocorreu pelo desenvolvimento comercial e industrial no interior das cidades e o domínio da burguesia sobre os senhores que se desdobrou na suplantação de uma nova sociedade e outra forma de propriedade da terra. Com isso, Lefebvre (2001, p. 44) conclui que Marx e Engels sustentam uma análise feita a partir do materialismo histórico-dialético que tomaria a história da cidade como marco original da evolução social. Para Lefebvre, a cidade seria o elemento comum de todas essas sociedades, onde agiria como agente transformador de uma sociedade para outra.

O autor parte para outro trecho de *A ideologia alemã* que trata da cidade e identifica ali a cidade como sujeito histórico⁴⁴, afirmando que Marx não deixa claro quem seria esse sujeito apesar de afirmar que ele existe. Para Lefebvre, a importância da cidade para a humanidade está em que ela manifesta em seu espaço tudo o que define a humanidade e suas relações sociais.

Lefebvre entende por sujeito histórico (a cidade) como um sujeito transistórico e agente capaz de moldar o ser humano e suas relações sociais, assim a partir da cidade, haveria a separação de classes sociais (e consequentemente os conflitos de classe). Seria por meio da cidade e sua dicotomia com o campo – colocada pelo autor como “a separação entre a cidade e o campo mutila e bloqueia a totalidade social” (LEFEBVRE, 2001, p. 49) – que a exploração humana ocorreria, pois, essa separação geraria a divisão do trabalho. Lefebvre (2001, p. 49-50) ainda parece afirmar que a cidade, em todas as formações sociais humanas, provoca a divisão social do trabalho, separando-a em trabalho intelectual realizado na cidade e em trabalho material relacionado ao campo.

No entendimento de Lefebvre (2001, p. 52), a divisão técnica do trabalho se diferencia profundamente da divisão social do trabalho. A divisão social de trabalho, no capitalismo, faz-se “no mercado, a partir das exigências do mercado e das incertezas que ele comporta” (LEFEBVRE, 2001, p. 52). Assim, ela provoca conflitos entre os seres humanos, enquanto a divisão técnica do trabalho não, pois sua divisão seria racionalizada a partir do desenvolvimento tecnológico necessário para executar e completar determinada atividade.

No capitalismo, a divisão social do trabalho estaria atrelada à divisão técnica do trabalho. Com isso, para Lefebvre (2001, p. 53), “A divisão do trabalho, em ligação com as formas de propriedade, não cria somente a unidade social, mas, nessa sociedade,

⁴⁴ Para Lefebvre (2001, p. 49), “o Sujeito da história é incontestavelmente a Cidade”.

rivalidades e conflitos”, então, o conflito entre cidade e campo é originado pela divisão do trabalho. Somente com a dissolução da separação entre cidade e campo, e conseqüentemente da divisão social do trabalho, haveria a superação do capitalismo⁴⁵. Destaca-se, dessa maneira, o papel que Lefebvre atribui à cidade.

No capítulo em que Lefebvre analisa *O capital*, ele destaca a questão do mais-valor e seu efeito no espaço urbano. Reafirmando a importância da cidade como “categoria histórica”, de sujeito histórico, Lefebvre (2001, p. 140) salienta que a cidade faz parte das condições históricas para a consolidação do capitalismo e a decorrente subordinação da história às categorias econômicas nessa sociedade. Ela seria “resulta[do] da destruição das formações sociais anteriores e da acumulação primitiva do capital (que se completam nela e por ela). Ela é *coisa social*, na qual são evidentes (tornam-se sensíveis) relações sociais que, tomadas em si, não são evidentes” (LEFEBVRE 2001, p. 140). A cidade, então, contextualizada nessa sociedade possibilitaria a efetivação da circulação das mercadorias (base para o funcionamento do capitalismo, sem a circulação de mercadorias, a lógica do capital não pode operar); sustentando seu argumento, apresentado na análise dos *Grundrisse*, de que a cidade vence a natureza e a substitui, simulando-a para materializar o mundo abstrato da mercadoria.

Lefebvre analisa as funções e estruturas da forma urbana contextualizadas na sociedade capitalista, identificando o papel atual das cidades na sociedade capitalista: de formação, realização e distribuição do mais-valor. “A cidade não tem função social essencial” (LEFEBVRE, 2001, p. 142), assim opera como “pano de fundo” para que a formação do mais-valor ocorra, já que é o espaço onde concentra-se a força de trabalho e os elementos para o processo de produção.

Lefebvre continua e salienta o impacto do excedente do capital no espaço urbano (este como manifestação física das relações sociais mediadas pela mercadoria) e a função da cidade como agente contrário ao deslocamento e dissociação das condições desse processo no espaço e no tempo⁴⁶. Assim, a cidade agiria para reconstituir o processo (após as crises cíclicas do capitalismo) – purificando os excedentes –, “restabelece-se a ordem perturbada” (LEFEBVRE, 2001, p. 143) a partir da “unidade do processo” (a mercadoria).

Além disso, Lefebvre (2001, p. 145-146) destaca o desenvolvimento da indústria, concentrada nas cidades, como causa para o predomínio de influência da cidade sob o campo. O aumento da população urbana afetaria o campo, provocando seu

⁴⁵ Cf. LEFEBVRE, 2001, p. 72.

⁴⁶ Cf. LEFEBVRE, 2001, p. 143-144.

desaparecimento⁴⁷. Para ele, a cidade absorve o campo (ao urbanizar o entorno da localidade onde as indústrias foram implantadas, quando distantes das aglomerações urbanas) e destrói as próprias condições de existência no processo de assimilação da lógica do capital para a realização do mais-valor⁴⁸. Assim, o autor reafirma a contradição motriz da história, identificada por ele, na relação cidade e campo.

Em outra passagem do texto, ao tratar da questão fundiária, Lefebvre retoma a questão da cidade como sujeito histórico, ao afirmar que o cordão umbilical – os laços sociais existentes antes da consolidação do capitalismo – são dissolvidos e o agente provocador seria a cidade:

O cordão umbilical que ligava a sociedade à natureza foi mal cortado. O que exigia o corte e implicava na ruptura? A cidade. O vínculo se desfêz, a troca viva entre a comunidade e a terra não foi substituída por uma regulação racional e, no entanto, a sociedade continua ligada e mesmo amarrada à terra. Pela propriedade e pelas múltiplas servidões que ela mantém. Especialmente e sobretudo subordinando a terra ao mercado, fazendo da terra um ‘bem’ comercializável, dependente do valor de troca e da especulação, não do uso e do valor de uso. O cordão umbilical, que levava a seiva e o sangue da matriz original à sua filiação, a comunidade humana se transformou em uma corda, laço seco e duro, que entrava os movimentos e o desenvolvimento dessa comunidade. É esse o entrave por excelência (LEFEBVRE, 2001, p. 161).

Lefebvre parece entender que o problema central seria a falta de uma regulação racional – significando, talvez, uma espécie de reforma agrária – que impossibilitaria o uso correto da terra, tratada na sociedade do capital como uma propriedade restrita a alguns (privada). Nessa sociedade, a propriedade da terra atua como uma mercadoria (apesar de ser, a priori, uma mercadoria de tipo especial, pois não possui valor), a qual incorpora-se valor à terra (por meio de investimentos ou a partir do trabalho exercido anteriormente nela). Além disso, a terra é a base material da produção de valor de uso, pois é dela que se extrai a matéria-prima⁴⁹, fundamentando sua relevância para a organização do modo de produção capitalista e a necessidade de ser “um ‘bem’ comercializável”.

⁴⁷ Na verdade, campo permanece, pois ele se mantém como o principal espaço produtor de matérias-primas, de produção agrícola; apenas há a modificação do tipo de organização social do campo, Lefebvre descreve a alteração do modo de produção no campo, “O campo desaparece duplamente: de um lado, através da industrialização da produção agrícola e do desaparecimento dos camponeses (e portanto do vilarejo), de outro, através da ruína da terra e da destruição da natureza” (LEFEBVRE, 2001, p. 146), e parece concluir que este não poderia mais ser reconhecido como campo. Pois, com o desenvolvimento das indústrias, campo se urbanizaria e se transformaria “em satélites pela grande indústria, elas [o campo] não ficam, apesar disso, fora da divisão do trabalho e do próprio capitalismo” (LEFEBVRE, 2001, p. 148).

⁴⁸ Cf. LEBEVRE, 2001, p. 146.

⁴⁹ Como comentado anteriormente, Marx (2011, p. 388) afirma que “A terra é o grande laboratório, o arsenal, que fornece tanto o meio de trabalho quanto o material de trabalho, bem como a sede, a base da comunidade”, ela sempre atuou para a humanidade como a base da realização do trabalho e posteriormente na sociedade capitalista como meio de produção do valor de uso (matéria física) das mercadorias.

Assim, para Lefebvre, a cidade, apesar de em alguns aspectos estar cooptada pela lógica do capital, é o agente provocador dessa mesma lógica e com isso molda a objetividade social. O autor identifica essa cooptação, que se mostraria como o cerne do problema na sociedade capitalista, à propriedade da terra, mais especificamente a falta de regulação do uso da terra⁵⁰. Pois, para Lefebvre (2001, p. 168) a propriedade da terra não apenas inibe o desenvolvimento do capitalismo, mas também o conduz forçosamente para o constante espraiamento e fragmentação do espaço, provocando, assim, a degradação generalizada do espaço.

4. Questão do sujeito histórico

Considerando a teoria do valor de Marx, anteriormente apresentada, faremos uma análise crítica sobre a compreensão de sujeito histórico de Lefebvre dentro do pensamento marxista do qual o autor se baseia.

A categoria sujeito histórico é apresentada por Marx como um sujeito abstrato, automático, automovente e que não tem autoconsciência, capaz de se modificar e transformar a si mesmo no decorrer de sua movimentação ao longo da história e a partir de sua própria modificação, ele tudo modifica para, em seguida, reconstituir as condições para sua perpétua autorreprodução⁵¹. O sujeito histórico identificado por Marx em *O capital* não tem características transistóricas, ele opera sob a lógica de uma determinada sociedade. O sujeito histórico na sociedade capitalista é o próprio capital (valor em expansão).

O sujeito em questão é abstrato, independe da vontade de cada singularidade humana e se desenvolve no tempo (nesses pontos se assemelha ao sujeito hegeliano) e é 'composto por relações objetivadas, as formas subjetivo-objetivas características do capitalismo, cuja 'substância' é o trabalho abstrato, ou seja, o caráter específico do trabalho como atividade socialmente mediadora no capitalismo' (POSTONE, 2014, p. 97. *Apud*. ARAUJO, 2020, p. 356).

Assim, ao contrário do postulado por Lefebvre⁵², Marx define claramente quem é o sujeito histórico na sociedade do capital, que é diferente do que é considerado por Hegel. Para Hegel, o sujeito histórico, o espírito, *Geist*, seria uma entidade não humana que moldaria o mundo para os próprios seres humanos. De acordo com Araujo (2020, p. 357), Postone identifica no sujeito de Marx a característica autorreflexiva e é circunscrito a um

⁵⁰ Cf. LEFEBVRE, 2001, p. 161.

⁵¹ Cf. MARX, 2013, p. 230.

⁵² Cf. LEFEBVRE, 2001, p. 48.

determinado período da história, contrariamente ao sujeito hegeliano que é transistórico e engendra o universo conhecido e o mundo dos seres humanos.

Antes disso, todavia, Marx afirmava o sujeito histórico como o proletariado – como é possível também verificar na obra de Engels *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, comentado anteriormente neste trabalho. Sempre houve para Marx um sujeito histórico, porém antes de escrever os *Grundrisse* e *O capital*, ele o definia a partir de pares de atípicos⁵³, proletariado e burguesia, onde o proletariado detinha de capacidade revolucionária para romper com a ordem hegemônica que o prejudica e desumaniza e com isso ainda não havia percebido que a causa da exploração humana não está ligada à distribuição da produção e sim como essa produção é feita.

Lefebvre, por outro lado, afirma que o sujeito histórico para Marx seria a cidade⁵⁴. Durante toda a exposição do livro *A cidade do capital*, Lefebvre desenvolve seu argumento salientando a característica de agente transformador que a cidade teria. Como se observa no primeiro capítulo do livro quando analisava *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Lefebvre já delineava o que no capítulo seguinte iria afirmar categoricamente. Para ele, a ruptura revolucionária se daria por meio da luta de classes, partindo do proletariado, mas isso só poderia ocorrer porque a cidade funciona como catalisador das movimentações sociais⁵⁵.

Assim, Lefebvre coloca ênfase na capacidade de transformação social da cidade, como se ela fosse a responsável pela mudança de comportamento e de sociedade. “Onde se passa essa metamorfose *capital*? Na indústria e na vida citadina (p. 74 [dos *Manuscritos de 1844*]) que se constituem em face da propriedade rural, não sem dela trazer, por longo tempo, traços e estigmas” (LEFEBVRE, 2001, p. 35). Neste trecho, o autor entende que a “metamorfose *capital*” – transformação da sociedade feudal para o capitalismo – ocorre no local de trabalho e no dia a dia das pessoas da cidade. Na verdade, a metamorfose não ocorre por causa da cidade (o espaço físico e conjunto de vivências que possibilitam os conflitos de classe), ela se faz na própria relação social, que na sociedade do capital passa a ser mediada indiretamente por meio de mercadorias, dissolvendo a mediação social manifesta das formações que antecederam ao capitalismo e que se baseavam em laços sanguíneos, familiares, tradição, costumes, formas religiosas

⁵³ Cf. ARAUJO, 2020, p. 353-354.

⁵⁴ Cf. LEFEBVRE, 2001, p. 49.

⁵⁵ Cf. LEFEBVRE, 2001, p. 27.

etc. A cidade seria apenas o resultado, o espaço manifestado dessa nova configuração social.

Assim, posteriormente, ele desenvolve essa questão e apresenta três características para justificar seu entendimento. Primeira, para ele, a cidade “concentra não só a população, mas os instrumentos de produção, o capital, as necessidades, os prazeres. Logo, tudo o que faz com que uma sociedade seja uma sociedade” (LEFEBVRE, 2001, p. 49). O fato de a cidade ser um espaço de aglomeração humana e centro político, comercial e administrativo a conferiria qualidade de sujeito com agência capaz de modificar os seres humanos e suas relações. Entretanto, a cidade é apenas uma manifestação concreta do que é a sociedade, ela não tem poder para se modificar e decidir tomar forma das necessidades sociais do ser humano. O sujeito histórico não é apenas um elemento presente nos acontecimentos históricos, ele é um agente.

A segunda característica baseia-se no entendimento que a cidade enquanto polo da relação cidade-campo engendra a divisão do trabalho – ao separar o trabalho “material” do “intelectual”⁵⁶ – conjuntamente com a divisão de classes sociais. Além disso, o aprofundamento dessa separação entre cidade e campo gera o desenvolvimento social (originando a sociedade capitalista) e os conflitos e exploração de classe (que para Lefebvre são inerentes ao trabalho)⁵⁷. Assim, a cidade funcionaria como um suporte e agente para que essas transformações sociais ocorram. Porém, o que ocasiona a exploração do ser humano – e por consequência os conflitos de classe, já que uma classe será subjugada pela outra para que este processo aconteça – é o capital (valor em expansão), e não a separação cidade e campo; pois, para se produzir valor é necessário que seja realizado trabalho por um período de tempo determinado⁵⁸; então para que esse valor se expanda e continue sendo produzido, tem-se que continuamente realizar trabalho excedente ou não pago, alienando a humanidade de si mesma e, no interior da dinâmica do capital, obrigar a humanidade a trabalhar para continuar trabalhando, o que demonstra a perda de sentido desse trabalho para o produtor.

Lefebvre identifica neste cenário da divisão do trabalho, a causa para a alienação do ser humano⁵⁹. Então, a terceira característica para justificar a cidade como sujeito histórico foca-se na superação da separação entre cidade e campo (causadores da divisão

⁵⁶ Cf. LEFEBVRE, 2001, p. 49.

⁵⁷ Cf. LEFEBVRE, 2001, p. 15.

⁵⁸ Cf. MARX, 2013, p. 117.

⁵⁹ Para Lefebvre, a causa é atribuída à cidade e sua separação com o campo. Cf. LEFEBVRE, 2001, p. 50.

do trabalho, para ele). “A superação da oposição entre a cidade e o campo ‘é uma das primeiras condições da comunidade’ (p. 81 [dos *Grundrisse*])” (LEFEBVRE, 2001, p. 50). Dessa forma, Lefebvre identifica na cidade a potência de superação do modo de produção atual (capitalismo), a partir de uma tendência histórica⁶⁰, que ele identificou anteriormente ao tratar a cidade como agência capaz de produzir transformações sociais⁶¹. Para ele, isso ocorreu na dissolução da sociedade feudal e consolidação do capitalismo. Entretanto, não foi a cidade que possibilitou a dissolução da sociedade feudal ou outra sociedade na história humana e sim as próprias relações sociais que se transformaram a partir de outras variáveis postas na história. Além disso, Lefebvre parece apropriar-se da conceituação do sujeito histórico de Hegel, a transitoriedade, quando afirma que a cidade (e a separação cidade e campo) existe durante todo o período da história humana; “Momento, ao mesmo tempo, inicial e perpétuo da história, ela persiste ‘através de toda a história da civilização até os dias de hoje’ (p. 80 [de *A ideologia alemã*])” (LEFEBVRE, 2001, p. 49). Em nossa leitura, como dito antes, Marx se afasta desse entendimento a partir da escrita dos *Grundrisse* e da identificação do capital enquanto sujeito histórico.

Em outra passagem do livro, Lefebvre reafirma a cidade como sujeito, ao mesmo tempo que consegue identificar que o sujeito histórico não pode ser o ser humano (ou alguém de uma classe social específica), ao contrário do que afirmam outros marxistas tradicionais e obras de Marx antes dos *Grundrisse*.

Então, as diferenças são apagadas, ‘formulando as leis do homem em geral’. Assim, a tentação é grande, sobretudo para o filósofo, a partir da linguagem filosófica, de tomar o ‘homem’ por sujeito. Erro já evitado quando foi necessário tomar uma existência concreta, prática e histórica para suporte e agente: a cidade (LEFEBVRE, 2001, p. 78).

Porém, como Lefebvre não parece compreender a categoria capital (tampouco a do valor), ele não consegue apreender o sujeito histórico que Marx identificou explicitamente em *O capital*. Não é a cidade o sujeito histórico para Marx. Em sua obra magna evidencia-se que o capital tem a real centralidade na constituição da sociedade moderna e atua como o sujeito da história. Assim,

[...] o desenvolvimento dialético contraditório do sujeito automático independe da vontade individual e, com isso, se afirma como uma lógica impositiva ou um imperativo categorial que constringe cada singularidade humana a agir de acordo com as exigências da permanente expansão do valor. [...] Aqui destacamos que relações sociais alienadas são específicas da sociedade capitalista e têm por fundamento o fato de a sociabilidade

⁶⁰ De acordo com Lefebvre (2001, p. 51), a superação de uma sociedade para outra não é resultado de uma intenção consciente, há uma tendência nesse sentido que se explicaria pelo entendimento de cidade como sujeito histórico capaz de transformação social.

⁶¹ Cf. LEFEBVRE, 2001, p. 41.

ser indireta, fundada no valor, portanto, na mercadoria. Assim o trabalho determinado por mercadoria, ao ser executado, objetiva, exterioriza e aliena de si, a própria relação social que se põe como estranha e fetichizada frente ao produtor (ARAUJO, 2020, p. 356-357).

A cidade possui sua relevância para todo o processo, mas apenas como resultado manifestado do que ocorre no interior das relações sociais. Ela se apresenta como mais um sintoma da sociedade posta e controlada pelo capital.

5. Conclusão

O contexto histórico-social de Lefebvre (principalmente após maio de 1968), é uma chave para a adequada compreensão da angulação utilizada em sua análise que indica a cidade como elemento central do devir da sociedade humana que atinge o seu ápice na sociedade capitalista. Entretanto, partindo da teoria do valor de Marx, é possível perceber que o entendimento de Lefebvre não é de todo aderente às formulações produzidas pelo Marx maduro.

Sustentamos, ao longo do artigo, que na sociedade do capital, o valor é a forma específica da riqueza (abstrata), é a forma específica da mediação social (indireta e objetivada na forma mercadoria/dinheiro), é a forma específica da dominação social (impessoal e abstrata) e é forma automediadora, moldando a objetividade e a subjetividade do mundo humano. Como valor só existe socialmente no seu inexorável processo autoexpansivo (que é a definição do capital), o valor enquanto categoria plenamente constituída só pode existir na sociedade do capital e em última instância, ele é a chave explicativa para a dinâmica social do capitalismo e para seu processo de formação das cidades e da urbanização – principalmente se considerarmos que, para Marx, o capital é o sujeito automovente constitutivo da sociedade capitalista.

Com isso, entendemos que o espaço urbano é resultado concreto do tipo de laços sociais vigentes em uma dada sociedade. A dominação abstrata do capital, por sua vez, captura as formas de transformação das cidades e suas dinâmicas internas de modo a submetê-las à lógica do capital. As cidades, a partir deste momento, passam a operar, em seu nível mais crucial, apenas como mais um meio para a ampliação de valor. Neste caso a propriedade da terra e a incorporação de valor à terra, por meio de investimentos ou a partir do trabalho exercido anteriormente nela, são os mecanismos privilegiados de atuação da lógica do valor.

Essa leitura se distancia da oferecida por Lefebvre, pois, para ele, há um sujeito transistórico que é a cidade e a contradição motriz da história é a que supostamente existe entre cidade e campo. Assim, a interpretação que Lefebvre faz da teoria do valor de Marx, do nosso ponto de vista, não parece ser plenamente satisfatória para uma proveitosa interpretação das cidades na sociedade capitalista. O que evidencia a importância da leitura crítica imanente aqui proposta, e da retomada de autores clássicos, para os que buscam novas figurações para a interpretação da dinâmica do espaço urbano e para a constituição de propostas de mudanças que estejam articuladas com a emancipação humana e a produção das condições para a humanização do ser humano.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, P. H. F. As Categorias Classes Sociais e Estado no Livro Primeiro de O capital. **Revista da sociedade brasileira de economia política**, v. 56, p. 21-47, 2020.

ARAÚJO, P. H. F. Dominação Abstrata. Capital: Sujeito Histórico. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 348-362, 2020. DOI: 10.9771/gmed.v12i3.42083. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/42083>. Acesso em: 10 dez. 2021.

ARAÚJO, P. H. F. **O trabalho na Ontologia**. In: NACIF, C., ZANATTA, I., org. Introdução à Ontologia do Ser Social de Georg Lukács. Rio de Janeiro: Consequência, 2022, 37-61p.

CHASIN, J. **Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009, 253p.

LEFEBVRE, H. **A Cidade do Capital**. Rio de Janeiro: DP&A. 2001 [1972], 180p.

MACHADO, C. Momentos da obra de Henri Lefebvre: uma apresentação. **Ambiente & Educação**, v. 13, p. 83-95, 2008.

MARTINS, J. de S. **Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, 151p.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011 [1939-41], 788p.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867], 894p.

POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2014. 483p.